

## **2º Congresso AMAlentejo Semeando Novos Rumos “AGIR NO PRESENTE PLANEANDO O FUTURO” – Castelo de Vide 30 de Junho e 1 de Julho de 2018**

### **Comunicação 1º Painel: PODER LOCAL E DESCENTRALIZAÇÃO**

#### **José Soeiro da Comissão Dinamizadora de AMAlentejo**

Caras Amigas e Amigos Participantes no 2º Congresso AMAlentejo Semeando Novos Rumos “AGIR NO PRESENTE PLANEANDO O FUTURO” as minhas calorosas, fraternas e Alentejanas saudações.

O significado e importância da realização deste Congresso, extravasa em muito, o que à primeira vista, pode parecer.

Desde logo é uma clara afirmação da cultura democrática que caracteriza a vida deste nosso imenso Alentejo. É o retomar, depois de 10 anos incompreensivelmente perdidos, dos Congressos sobre o Alentejo que, “Semeando Novos Rumos”, tanto contribuíram para o aprofundamento da nossa coesão e reforço da nossa identidade, para tornar “elefantes brancos”, como o Porto de Sines ou o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva, em “elefantes multicolores”, hoje por todos enaltecidos e a que não faltam empedernidos padrinhos.

“Um Povo, Uma Cultura, Uma Região”. Assim está inscrito na Embaixada do Alentejo em Lisboa. A nossa Casa, a Casa do Alentejo. E clarifiquemos para que não subsistam dúvidas. Com esta afirmação não estamos a defender a Região Administrativa do Alentejo. Essa é, infelizmente, uma questão que não está em discussão e que os Alentejanos, do Alto e do Baixo, do Centro e do Litoral, deverão abordar serenamente quando para isso forem solicitados.

Da mesma forma que Minhotos ou Algarvios, Madeirenses ou Transmontanos, Beirões ou Alentejanos, Açorianos ou Ribatejanos, Lisboaetas ou Portuenses, constituem, na sua diversidade, o Portugal que somos, de que todos nos orgulhamos e que todos defendemos, também nós Alentejanos e Amigos do Alentejo, do Alto ou do Baixo, do Central ou do Litoral, no território ou na diáspora, devemos sentir orgulho e defender em conjunto, unindo forças e saberes, o Alentejo a que todas e todos pertencemos.

Não posso deixar de fazer, nesta minha introdução, uma referência especial ao nosso Amigo António Pita, membro da Comissão Promotora de AMAlentejo, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide, eleito pelo PSD. Castelo de Vide, Município Anfitrião deste 2º Congresso AMAlentejo Semeando Novos Rumos, terra que viu nascer o Capitão de Abril Salgueiro Maia, a quem todos devemos sentida Homenagem, porque exemplo de coragem, de modéstia, de amor à sua Pátria e à terra em que nasceu, Castelo de Vide.

Castelo de Vide, cujas gentes, acolhedoras, de trabalho e de paz, traduzem bem o espírito das gentes deste imenso Alentejo de que tanto nos orgulhamos. Castelo de Vide que, com toda a propriedade, se pode afirmar: é um Município de Abril.

António Pita reagiu desde a primeira hora como deve reagir qualquer autarca que ama a sua terra e que ama o Alentejo. Com satisfação genuína de quem se sente honrado por receber um tão importante fórum como o é um Congresso AMAlentejo Semeando Novos Rumos. Também nós sentimos uma satisfação genuína e uma grande honra em podermos ser recebidos em Castelo de Vide.

Valorizar, Defender e Aprofundar o Poder Local Democrático de Abril, repito e sublinho DE ABRIL, incluindo neste as Regiões Administrativas do Continente, como está expresso de forma inequívoca no seu Documento Fundador, de 15 de Abril de 2015, é um dos grandes objectivos que levou mulheres e homens de todos os quadrantes partidários e de todo o Alentejo à constituição do Movimento AMAlentejo.

É o Amor ao Alentejo que nos Une e Motiva. É o Amor ao Alentejo que permitiu superar e resistir a pressões que, desde a formação da Comissão Promotora de AMAlentejo, se foram fazendo sentir e que impediram a apresentação de uma Comissão Promotora de AMAlentejo mais vasta e ainda mais representativa que aquela que apresentámos, precipitadamente, a 7 de Maio de 2015, na Casa do Alentejo, para impedir que inaceitáveis e incompreensíveis pressões dos “Estados Maiores” partidários, pudessem conduzir a desistências e comprometer o projecto de criar um Movimento Democrático, Plural, Representativo, de afirmação cidadã, como o é AMAlentejo.

AMAlentejo não é anti partidos. Não é nem quer concorrer com nenhum Partido. Não se constituiu para apoiar ou desapoiar candidatos de nenhuma força política, de qualquer tipo de movimento, ou para ser instrumento de qualquer projecto partidário. AMAlentejo respeita e procura manter relações cordiais, positivas e construtivas com todos os Partidos que representam o Povo Soberano nas instituições representativas do Estado.

Os Partidos constituem a coluna vertebral de qualquer regime democrático, estão consagrados na Constituição da República como tal, e por isso merecem todo o nosso respeito.

Exigimos igual respeito por parte de todos os Partidos, sobretudo, por parte de quem os dirige e, por essa razão, tem particulares responsabilidades em intervir no sentido de formar cidadãos responsáveis, participativos, interessados pela coisa pública, respeitadores das opiniões diferentes e motivando-os para o debate democrático. Da discussão nasce a luz razão pela qual a promovemos em AMAlentejo.

Os Partidos têm todo o direito, direi mesmo o dever, de criticar qualquer ideia ou proposta saída de AMAlentejo que considerem errada ou inadequada mas, têm o dever de o fazer de forma clara e transparente. Todas as críticas e sugestões são bem-vindas desde que positivas, construtivas, e visem contribuir para o Desenvolvimento Económico, social e cultural do Alentejo e para a sua preservação ambiental.

AMAlentejo é um espaço aberto e plural, democrático, onde cabem todas e todos os que amam o Alentejo e onde os Partidos serão sempre bem-vindos se animados por propostas positivas e construtivas para o seu desenvolvimento.

Mais algumas palavras sobre o Poder Local Democrático de Abril.

O Poder Local Democrático constitui uma realidade incontornável do Portugal de Abril. A sua obra notável, ao serviço das populações, é reconhecida de Norte a Sul do País, como fundamental para o seu desenvolvimento, sobretudo, para o desenvolvimento do seu interior.

Não se percebe por isso, nem se encontra justificação, para que, de forma sistemática, se desenvolvam iniciativas que, a irem por diante, iriam pôr em causa a sua natureza representativa, plural, colegial e participada que tão bons resultados tem garantido às portuguesas e portugueses nos últimos 40 anos.

É preciso valorizar, defender e aprofundar o Poder Local Democrático de Abril tal como foi concebido e consagrado na Constituição da República em 1976. Não podemos contemporizar com propostas que visam a sua descaracterização, sobretudo, através de alterações às leis eleitorais visando garantir maiorias absolutas por via administrativa ou pior ainda, impondo modelos absolutistas de poder claramente antidemocráticos.

O Associativismo Intermunicipal deve ser livre e voluntário. As Comunidades Intermunicipais (CIM.s) constituem a imposição administrativa de um modelo pelo Poder Central que tem como objectivo aliciar os municípios para uma postura contra a criação e instituição das Regiões Administrativas no Continente. Se assim não fosse teriam criado CIM.s no âmbito das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR.s). Criando CIM.s correspondendo a NUTS III é o Governo que continua a representar as Regiões, a decidir os investimentos e a dominar e determinar as políticas regionais.

As Regiões Administrativas do Continente estão consagradas na Constituição da República como parte integrante do Poder Local. Defender as Regiões Administrativas não constitui crime, nem ameaça para o Estado de Direito Democrático tal como o consagra a Lei Fundamental da República. Não as criar e instituir sim, é um atentado à Democracia e um inaceitável incumprimento da Constituição há mais de 42 anos.

Não é aceitável que, sendo as Regiões Administrativas um dos três pilares do Poder Local Democrático (Freguesias, Municípios e Regiões Administrativas), seja o Governo a representar e a dirigir o espaço regional através das CCDR.s.

É no mínimo uma situação ilegítima, uma usurpação e centralização descarada do poder, uma afronta à Constituição da República e uma das causas que muito tem contribuído para as graves assimetrias que em cada ano que passa se têm agravado entre o Litoral (compreendido entre a Grande Área Metropolitana de Lisboa e a Grande Área Metropolitana do Porto e a faixa costeira do Algarve) e o chamado Interior onde se situa o Alentejo que representa mais de metade desse Interior de que hoje tanto se fala.

O Poder Local Democrático, pela sua proximidade aos cidadãos e sensibilidade para com as suas legítimas aspirações está, na opinião da Comissão Promotora de AMAAlentejo, em melhores condições de representar e dirigir o Alentejo, de assegurar maior eficácia e melhor aproveitamento dos recursos financeiros disponibilizados para o Alentejo.

A situação que se vive hoje no País, que todos assumem como dramática e que se impõe inverter com urgência, exige mais poder local, melhor poder local, democrático e de Abril, e não a descaracterização do Poder Local Democrático que já temos e que tão boas provas tem dado ao serviço das comunidades que representa.

É por esta razão que a Comissão Promotora de AMAAlentejo, tendo presente a Declaração de Tróia, aprovada no 1º Congresso AMAAlentejo, está a recolher assinaturas para levar à Assembleia da República o Projecto de Lei de iniciativa cidadã que cria a “CRA – Comunidade Regional do Alentejo”, UM PODER REGIONAL DEMOCRÁTICO, PARTICIPADO, REPRESENTATIVO, PLURAL, TRANSPARENTE, CONSENSUALIZADOR E CONGREGADOR. Um Poder Regional onde o Poder Local tenha um efetivo poder de representação e decisão, até à criação e instituição das Regiões Administrativas, com os seus órgãos eleitos democraticamente pelo voto direto das populações, como determina a Constituição da República. Um Poder Regional com ganhos para a democracia e as populações, com melhor gestão dos recursos financeiros para os contribuintes e sem impactos negativos no Orçamento do Estado.

.